

Epistemologia Teológica Libertadora: conceitos e debate

Liberating Theological Epistemology: concepts and debate

Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

Resumo

Objetiva-se neste artigo analisar a epistemologia da teologia da libertação, considerando os seus conceitos fundamentais e o respectivo debate, especialmente com o magistério eclesiástico. Justifica este objetivo o fato de que a teologia da libertação possui origem na *theologia mundi* do Concílio Vaticano II, acentua a imanência da transcendência da revelação, articulando a fé cristã com o *locus* histórico dos pobres, utiliza-se de mediações científicas, além de ter a filosofia como *partner* e promove uma ortopraxia denotativa da relação entre teoria teológica e práxis histórica libertadora. Por sua própria constituição epistemológica, em que se articulam fé e história, imanência e transcendência, teoria e práxis libertadora, a teologia da libertação é motivo de um debate epistemológico entre os próprios teólogos e de seus teólogos com o magistério eclesiástico, trazendo à tona algumas questões fundamentais: o uso das mediações da filosofia e das ciências, a opção pelos pobres e a questão sobrenatural no próprio complexo teológico libertador. Para atingir este objetivo, será apresentada uma definição de teologia da libertação e do debate com o magistério eclesiástico, acentuando os três pontos mencionados acima.

Palavras-chave: Teologia da libertação. Epistemologia. Magistério. Pobres.

Abstract

The objective of this article is to analyze the epistemology of liberation theology, considering its fundamental concepts and its debate, especially

with the ecclesiastical magisterium. This objective is justified by the fact that liberation theology originates in the world's theology of the Second Vatican Council, accentuates the immanence of the transcendence of revelation, articulating the Christian faith with the historical locus of the poor, uses mediations philosophy as a partner and promotes a denotative orthopraxis of the relationship between theological theory and liberating historical praxis. By its own epistemological constitution, in which faith and history, immanence and transcendence, liberating theory and praxis are articulated, liberation theology is the subject of an epistemological debate between theologians themselves and their theologians with the magisterium ecclesiastical, bringing up some fundamental questions: the use of the mediations of philosophy and sciences, the choice for the poor and the supernatural question in the liberating theological complex itself. To achieve this goal, a definition of liberation theology and debate with the ecclesiastical magisterium will be presented, highlighting the three points mentioned above.

Keywords: Liberation theology. Epistemology. Magisterium. Poor.

Introdução: o *Status Quaestionis*

Objetiva-se neste texto analisar a epistemologia da teologia da libertação, considerando os seus conceitos fundamentais e o respectivo debate, especialmente com o magistério eclesiástico. Justifica este objetivo o fato de que a teologia da libertação se situa no debate sobre a fé política, proposto neste *Dossiê*, mediante três contextos originários simultaneamente distintos e vinculados: o político-social, o eclesial e o epistemológico. No primeiro, essa teologia se situa no contexto em que a América Latina vivia a efervescência de sistemas políticos ditatoriais que favoreciam o fortalecimento de uma realidade dualista cada vez mais conflitiva, em que os ricos ficavam “cada vez mais ricos às custas dos pobres cada vez mais pobres”.¹ No segundo, a Igreja vivia o clima do Concílio Vaticano II, cuja eclesiologia concebia a Igreja como mistério de comunhão com inserção no mundo, constituindo-se como “sacramento de salvação universal”² e “povo de Deus”,³ capaz de ser sujeito da história para

¹ DP 30.

² LG 48.

³ LG 9.

torná-la espaço da nova criação e da emergência do novo homem. Por isso, a Igreja na América Latina denunciou a “violência institucionalizada”,⁴ assumiu a opção pelos pobres, propunha reformas sociais profundas para o campo e para a cidade, almejava construir um processo de educação libertadora, aponta para o diálogo social e para uma política de promoção do bem comum, em que supera a injustiça social, a desigualdade econômica, a marginalização cultural e as diversas formas de violência, visando à construção da paz. Na terceira, a teologia da libertação se situa na esteira da *theologia mundi* do Concílio Vaticano II, como uma teologia capaz de articular a fé cristã com o *locus* dos pobres – oprimidos que clamam por libertação –, tendo se consolidado como um novo modo de produção teológica, instigado novas reflexões e provocando o debate epistemológico seja no âmbito interno, seja no âmbito de outros teólogos e do magistério eclesiástico.⁵ Além disso, apresentou-se como um sistema teológico, intitulado *Mysterium Liberationis*,⁶ denotativo de que esse complexo teórico está inserido na produção teológica universal e aberto a novos investimentos epistemológicos, que propiciam novas formulações hermenêutico-teológicas em questões fundamentais e dogmáticas.⁷

Não obstante sua consolidação e aprofundamento, o debate epistemológico, especialmente aquele trazido a partir do magistério eclesiástico, possibilitou revisar o estatuto teórico, principalmente no que se refere ao uso das mediações para produzir uma teologia libertadora e continuar a autoafirmação de uma teologia libertada de elementos, que tornam a sua epistemologia fechada em substratos impeditivos para que seja uma teologia capaz de tornar presente a epocalidade histórica da revelação de Deus.⁸

Para atingir o objetivo supracitado, serão apresentados uma definição de teologia da libertação e o debate epistemológico a partir de dois documentos do magistério eclesiástico, a saber, a Instrução *Libertatis Nuntius*, de 1984, e a Instrução *Libertatis Conscientia*, de 1986, ambas da Congregação para a Doutrina da Fé. Para que o texto tenha uma direção, torna-se necessário perguntar: o que é a teologia da libertação? Quais são as características epistemológicas fundamentais? Quais são os pontos cruciais do debate com

⁴ DM, Paz, 16.

⁵ GONÇALVES, P. S. L., Questões contemporâneas de teologia.

⁶ ELLACURÍA, I.; SOBRINO, J., (Orgs.). *Mysterium Liberationis*, v.1; ELLACURÍA, I.; SOBRINO, J., (Orgs.). *Mysterium Liberationis*, v.2.

⁷ GONÇALVES, P. S. L., *Liberationis Mysterium*.

⁸ GONÇALVES, P. S. L., A evocação do Pensiero Debole na Teologia da Libertação, p. 391-413.

o magistério eclesiástico? Ao buscar responder essas perguntas, espera-se apresentar a teologia da libertação como sendo uma teologia pertencente ao *corpus universalis theologicus*,⁹ que possui nos pobres um *locus theologicus* que se articula com a fé, que tem na revelação bíblica e na doutrina social da Igreja as suas fontes principais para a efetividade de sua operação hermenêutica, que propicia que essa teologia desemboque em uma práxis histórica libertadora.

1. O que é a teologia da libertação?

A teologia da libertação surgiu na esteira da *theologia mundi* do Concílio Vaticano II, em que a história foi apresentada como campo da revelação de Deus ao homem, efetivando o encontro das liberdades divina e humana. Ao considerar que a história é o campo da revelação, o referido Concílio realçou a presença de Deus nos acontecimentos históricos, tendo o homem como seu parceiro e capaz de levar a cabo a historicidade da salvação. Desse modo, o próprio Concílio abriu o horizonte de uma transcendência divina na imanência histórica, relevando a presença intrínseca da escatologia ou *eschaton*, que é o próprio Cristo, na história. Elaborou-se, então, uma teologia fundamental, em que a revelação é colocada como *arché* para tratar de Deus – presente e agindo no mundo, do homem – como colaborador de Deus na própria *creatio continua*, e da Igreja – concebida como mistério que é sacramento de salvação universal, corpo de Cristo e Povo de Deus que vive a comunhão e que é sujeito para a promoção da unidade de todo o gênero humano.¹⁰

Essa *theologia mundi* não apenas recepcionou teologias anteriores – as teologias da história, a teologia transcendental, a teologia da secularização, a teologia do mistério, a teologia política, a teologia da experiência e a teologia da esperança –, mas também propiciou que novas teologias – a teologia da libertação, as teologias africanas, a teologia asiática, a teologia das religiões, as teologias feministas – fossem formuladas, tendo em vista que o discurso teológico fosse capaz de ser contemporâneo da época histórica em que está inserido. Assim sendo, a teologia conciliar esteve presente na II Conferência Geral do Episcopado latino-americano, realizada em Medellín em 1968,

⁹ TAMAYO, J. J., Recepción en Europa de la Teología de la Liberación, p. 51-78.

¹⁰ CATÃO, F. A. C., O perfil distintivo do Vaticano II, p. 95-115.

como forma de adaptar o Concílio Vaticano II ao continente latino-americano. Nessa conferência, os pobres foram considerados como *locus* para que a fé fosse professada, compreendida e vivida, de modo que já se constatava um clamor dos oprimidos pela libertação e a necessidade de superar a injustiça e a violência, para se construir efetivamente a paz. Disso resultava uma pastoral eclesial de comunhão entre os membros da Igreja e, também, de comunhão com todos os seres humanos, especialmente com os pobres, assumindo inclusive a pobreza como espiritualidade para testemunhar a fé cristã no continente latino-americano.¹¹

Com a recepção da conferência de Medellín e a possibilidade de formular novas teologias, o peruano Gustavo Gutiérrez escreveu a sua obra fundamental *Teologia da Libertação*,¹² cuja estrutura aponta para a necessidade de uma teologia constituir-se como sabedoria e reflexão crítica da realidade histórica, visando apresentar a revelação divina no processo em que o ser humano é realçado em sua dignidade e condição de filho de Deus. Por isso, diante da situação de opressão dos pobres, urge a necessidade de libertação, compreendida como um processo histórico de efetividade da justiça, da eliminação da violência, da construção de relações fraternas, da realização da solidariedade e da compaixão com quem sofre. Por se tratar de um processo de libertação do pecado que leva o homem à realização da opressão e de todo tipo de estrutura social e interpessoal que fere a dignidade humana, a libertação é integral.

Opioneirismo da obra de Gustavo Gutiérrez, apoiada epistemologicamente na formulação de uma teologia política latino-americana,¹³ capaz de ser incisiva na transformação histórica, e na emergência de uma epistemologia para uma teologia libertada¹⁴ e, por conseguinte, efetivada como teologia da libertação, propiciou um movimento histórico da teologia que se divide em cinco fases: gênese, crescimento, consolidação, revisão e ampliação de horizonte.

A primeira fase (1971-1974) insere a origem da teologia da libertação na esteira do Concílio Vaticano II, no processo de renovação da teologia no século XX e no contexto histórico da América Latina. A segunda (1974-1981) corresponde ao crescimento desse complexo teológico em sua epistemologia e nos tratados sobre Deus, cristologia, antropologia

¹¹ MANZATTO, A., Pobreza da Igreja, p. 329-343.

¹² GUTIÉRREZ, G., Teología de la liberación.

¹³ ASSMANN, H., Teología desde la praxis de la liberación.

¹⁴ SEGUNDO, J. L., Liberación de la Teología.

teológica e eclesiologia fundamental e pastoral. A terceira (1984-1994) refere-se à consolidação da teologia da libertação como sistema teológico, presente na ideia da coleção “Teologia e Libertação” e na obra *Mysterium Liberationis*, em que se tem uma epistemologia libertadora e uma hermenêutica teológica em perspectiva da libertação aplicada a Deus – revelação, trindade, cristologia, pneumatologia –, ao homem – antropologia teológica fundamental, criação, pecado, graça, escatologia –, e à Igreja – eclesiologia fundamental, comunidades eclesiais de base, sacramentos, sacramentais, ministérios, evangelização, enculturação e martírio. A quarta (1994-2020) é referente a um processo simultâneo de revisão e ampliação de horizontes, em que se tem uma avaliação de como essa teologia se desenvolve, suas tensões, sua relação com outras teologias e suas perspectivas, de modo a possibilitar alargar os horizontes desse complexo teórico. Trata-se de inserir na teologia da libertação os temas do feminino e do feminismo ao lado da questão da mulher, aprofundar o tema das etnias indígenas e africanas, articular com maior ênfase o diálogo entre teologia e economia para criticar a idolatria do mercado e os sacrifícios vazios de sentido e recepcionar o paradigma da ecologia para formular uma teologia da libertação ecológica, capaz de assumir o “grito da terra” como clamor dos pobres e de aprofundar a compaixão, a misericórdia e a solidariedade de Deus a todas as criaturas, para levar a cabo o projeto de uma *creatio nova* e o desenvolvimento de uma teologia das religiões na América Latina e no Caribe.¹⁵

A teologia da libertação se efetiva na articulação entre pobres e fé cristã, evidenciando a relação entre lugar social e lugar epistêmico para produzir teologia. Dessa maneira, os pobres são compreendidos em três âmbitos – social, espiritual e prático. No primeiro, os pobres são todas aquelas pessoas carentes economicamente, injustiçadas socialmente, oprimidas politicamente, que sofrem violência física e simbólica, vítimas do machismo, do etnocídio e do genocídio históricos. No segundo, pobres são todas aquelas pessoas que vivem a pobreza espiritual, em forma de despojamento, de despreendimento, e de entrega ao mistério mediante simplicidade e humildade em seu *modus vivendi*. No terceiro, os pobres são os próprios pobres, concebidos como sujeitos históricos e todas aquelas pessoas que se comprometem com a causa

¹⁵ TAMAYO, J. J., *Teologías del Sur*; GONÇALVES, P. S. L., *Teologia da Libertação*, p. 167-209; TOMITA, L. E.; VIGIL, J. M.; BARROS, M. (Orgs.), *Teologia Latino-Americana Pluralista da Libertação*.

deles, através de gestos de compaixão e de solidariedade, de organização social visando à transformação da realidade de opressão em situação de libertação e comunhão.¹⁶

Para articular os pobres com a fé cristã, concebida a partir da bíblia, da tradição cristã e de sua incidência histórica, enquanto ato que produz teologia, elaborou-se a teoria das mediações na teologia da libertação.¹⁷ Considerou-se a importância histórica e epistemológica da filosofia para dar substrato metafísico, ontológico e hermenêutico à teologia, a fim de que Deus, como assunto da teologia, fosse tratado na relação com a antropologia e com a cosmologia, de modo a dar conotação histórico-escatológica à própria revelação de Deus. Não obstante que a filosofia continuou a ser *partner* da teologia na perspectiva libertadora,¹⁸ realçou-se a relevância das ciências humanas originariamente e, posteriormente, das ciências naturais e das ciências lógico-formais.¹⁹ Nesse sentido, as mediações da teologia da libertação são a socioanalítica, a hermenêutica e a teórica prática, propiciando analisar a realidade histórico-social do mundo dos pobres, compreender e interpretar essa realidade à luz da Escritura e da Tradição cristã e visualizar elementos de práxis histórica-libertadora.²⁰

A utilização das mediações na articulação entre pobres e fé cristã possibilita que a teologia da libertação seja um complexo teórico global, capaz de tornar real e concreta o caráter universal da fé cristã, denotativo da salvação para todos os seres humanos. Por isso, é uma teologia da libertação integral que incide na história e no homem em seu todo, para libertá-lo tanto do pecado em sua configuração histórico-social quanto do pecado em sua configuração singular na pessoa humana. Essa teologia é marcada pela articulação entre libertação histórica e libertação soteriológica, isentando-se de ser única e exclusivamente discurso da ética social teológica. Trata-se de um sistema teológico que, em seu todo, concebido na circularidade hermenêutica e na transversalidade epistemológica, realça a historicidade da salvação, de modo que não apenas relaciona a transcendência com a imanência, mas na própria imanência histórica já está a transcendência.

¹⁶ GONÇALVES, P. S. L., A relação entre fé cristã e os pobres na teologia da libertação, p. 315-332.

¹⁷ BOFF, C., Teologia e Prática.

¹⁸ GONZÁLEZ, A., El significado filosófico de la Teología de la Liberación, p. 145-160.

¹⁹ BOFF, C., Teoria do método teológico, p. 89-97.

²⁰ BOFF, C., Epistemología y método en la teología de la liberación, p. 79-115.

Dessa forma, a libertação histórica e a soteriologia têm marcas de “transcendência”,²¹ categoria criada por Jon Sobrino na esteira de Ignacio Ellacuría para mostrar que a salvação tem a mediação da história e que a história é escatológica, porque é palco da salvação divina destinada aos seres humanos.²²

Essa articulação entre história, compreendida a partir do *locus* dos pobres, e soteriologia realça a relevância e a pertinência da história à compreensão da revelação de Deus, propicia salientar a historicidade da salvação, o movimento da transcendência na própria história e, principalmente, a radicalidade do conceito de libertação. Trata-se de um conceito que possui historicidade, vitaliza a imanência da revelação, realça a transcendência na história e, sobretudo, evoca a categoria reino de Deus, cuja realidade é uma totalidade de caráter escatológico.²³ Por centrar-se na categoria reino de Deus, o conceito de libertação é integral e se refere à efetividade da justiça social e econômica, à política que produz o bem comum, à cultura que propicia a boa e respeitosa convivência entre os povos de diferentes etnias e que eleva as culturas autóctones, ao pluralismo religioso em que se criam espaços para o diálogo inter-religioso e para ética global das religiões, e à emergência do novo ser humano, efetivamente pessoa solidária, compassiva e marcada para viver eternamente na comunhão com Deus.²⁴

O complexo teológico libertador possui uma espiritualidade própria, oriunda do caráter fundamental de sua epistemologia: a relação entre fé cristã e mundo dos pobres. Essa espiritualidade denota a comunhão dos pobres com Deus, a expressão de sentimentos acerca da presença de Deus no meio do povo, sustentando-o na luta contra a opressão e libertando-o dos males que antecipam a morte.²⁵ É ainda ecumênica, aberta ao diálogo inter-religioso, evidenciando que as religiões são caminhos para Deus, mas não esgotam o ser de Deus.²⁶ Encontra-se nessa espiritualidade o estímulo ao seguimento de Jesus em todos os seus níveis e ao aprendizado de seus ensinamentos, para que sejam transmitidos com alegria e testemunhados ao longo da vida, inclusive no gesto de assumir a cruz até mesmo no martírio, cujo sentido está

²¹ SOBRINO, J., Centralidad del reino de Dios en la Teología de la Liberación, p. 467-510.

²² ELLACURÍA, I., Historicidad de la salvación cristiana, p. 323-372.

²³ GUTIÉRREZ, G., La verdade os hará libres.

²⁴ GUTIÉRREZ, G., Onde dormirão os pobres?

²⁵ GUTIÉRREZ, G., Beber do próprio poço.

²⁶ TEIXEIRA, F. L. C., A teologia do pluralismo religioso na América Latina, p. 21-40.

em ser um sacrifício compreendido como dom da graça, como vida entregue na gratuidade em função do reino de Deus.²⁷

Ao longo de sua história, a teologia da libertação adquiriu universalidade no *corpus theologicus*, de modo a não se constituir tão somente a um tipo de teologia contextual, mas também a ser um tipo de teologia, que, por meio da tripartida concepção de pobres, adquire universalidade e incide em cada época histórica. Desse modo, a libertação em sua integralidade não é apenas um tema da teologia, mas também uma perspectiva que possibilita que a teologia da libertação seja um modo de fazer e de ser teologia, no contexto do pluralismo teológico, assaz presente na realidade atual. Ao estar inserida em cada época da história, a teologia da libertação, após se consolidar como um sistema teológico denominado *Mysterium Liberationis* e realizar investimentos no âmbito da ecologia, do feminino e do feminismo, das culturas, incide na pós-modernidade, compreendida em seu paradoxo de continuidade e descontinuidade da modernidade e que traz à tona o *pensiero debole*, podendo ser também chamada de teologia da libertação débil.²⁸ Essa debilidade implica afirmar que a teologia da libertação não assume apenas a via catafática para afirmar a revelação de Deus e desenvolver todos os tratados de um sistema teológico, mas também a apofática, que possibilita compreender Deus na compaixão e no silêncio da morte prematura dos pobres e na abertura para a utilização de mediações científicas diversas e de outras mediações, tais como a arte e religiosidade popular, que propiciam elaborar um complexo teórico incisivo na realidade histórica dos seres humanos e libertado de sistemas que não permitem que o espírito teológico esteja efetivamente inserido incisivamente na história.

A teologia da libertação é epistemologicamente reinocêntrica à medida que articula a fé cristã com a história, tomando o *locus* dos pobres como lugar privilegiado da revelação e como espaço para a efetividade da salvação, compreendida em sua historicidade, marcada por transcendência, que, em articulação com a imanência, é verdadeira “transdescendência”. Não obstante o caráter universal da teologia da libertação, há um conjunto de questões que merecem ser debatidas, para que sua epistemologia tenha ainda maior evidência e consistência.

²⁷ JIMÉNEZ LIMÓN, J., Sufrimiento, muerte, cruz y martírio, p. 477-494.

²⁸ GONÇALVES, P. S. L., A evocação do Pensiero Debole na Teologia da Libertação, p. 391-413.

2. Questões disputadas

2.1. O debate com o magistério eclesial

Ao longo de sua história, a teologia da libertação não está isenta de tensões, tanto no âmbito interno quanto no externo. Já nos primórdios dessa teologia, Juan Luis Segundo²⁹ acentuou a necessidade de uma teologia libertada capaz de adquirir consistência científica na apropriação de elementos teóricos de mediação socioanalítica e de hermenêutica bíblica e teológica para mostrar a sua consistência teórica e prática, apresentando-se como incisiva na práxis histórica dos pobres. A afirmação da cientificidade da teologia e sua incidência na práxis histórica libertadora aponta para a superação de uma visão tripartida da teologia da libertação em teologia acadêmica, pastoral e popular, buscando evitar que a teologia perca epistemologicamente o seu estatuto de *scientia*, em que a fé é pensada pela razão, que é iluminada pela mesma fé. Não existe, então, uma *ratio fidei* libertadora sem a presença da *lumen fidei*, evidenciando que o *intellectus fidei* não pode ser produzido sem a iluminação doxológica e sem o horizonte da *martyria*, que são próprios da fé cristã.³⁰

Clodovis Boff trouxe o debate acerca da necessidade de visualizar a fé como *arché* para fazer teologia, inclusive em perspectiva libertadora.³¹ Esse autor afirmou que, em algumas formulações teológico-libertadoras, havia o predomínio de um “pobrismo”, em que os pobres são colocados ou como polo que se situa no mesmo âmbito da fé, concebida em sua positividade, ou acima da fé. A despeito desse autor ter sido o responsável pela formulação fundamental da epistemologia teológica libertadora, incluindo o uso das mediações, em sua elaboração mais recente afirma ser a teologia da libertação um complexo teórico que, não obstante a apropriação do *locus* dos pobres, necessita ter na fé o seu *fundamentum* ou *arché*. Sendo assim, assegura-se que a “teologia genuflexa” tenha precedência à “teologia reflexa”, havendo possibilidade de afirmar no complexo teórico libertador que Cristo é o princípio e que, ao olhar para o seu rosto, tem-se o rosto dos pobres. Na dialética entre Cristo e os pobres, é Cristo o princípio existencial e operante em todo complexo teológico, enquanto que os pobres se constituem na questão derivada desse princípio.

²⁹ SEGUNDO, J. L., O dogma que liberta.

³⁰ BOFF, C., Teoria do método teológico, p. 25-35.

³¹ BOFF, C., Teologia da Libertação e volta ao fundamento, p. 1001-1022.

No âmbito externo, está o debate com o magistério eclesiástico, especialmente com a Congregação para a Doutrina da Fé, que escreveu duas Instruções específicas sobre a teologia da libertação: *Libertatis Nuntius* e *Libertatis Conscientia*.³² A primeira concentrou-se em apresentar criticamente alguns aspectos da teologia da libertação, pressupondo, porém, ser a libertação uma aspiração cristã, fundamentada no evangelho e pertencente à missão da Igreja. Por isso, o tema da libertação encontra fundamentação na Escritura, na Tradição e no próprio magistério eclesial, pois se trata de um assunto correspondente à legítima luta pela justiça e combate à injustiça e miséria, e à busca da efetividade do direito do homem à vida e da afirmação da opção preferencial pelos pobres. Por ser um tema de fundamentação cristã, a libertação há de ser concebida em sua integralidade, que engloba o ser humano em seu todo. Trata-se, então, da libertação da radical escravidão do pecado e outras escravidões e da entrada na vida nova na caridade. Desse modo, visualiza-se no horizonte da fé cristã o homem novo, libertado e redimido por Cristo.

As críticas à teologia da libertação se referem a três elementos fundamentais: o uso das mediações em teologia, especialmente a mediação filosófico-social oriunda da vertente marxista; a hermenêutica bíblica que teria se concentrado no evento do êxodo no antigo testamento, diminuindo axiologicamente o evento Cristo; e o predomínio da imanência que torna o Cristianismo uma religião que se exaure na história. No primeiro elemento, a Instrução considera o marxismo uma ideologia que lê a história à luz da luta de classes e um racionalismo científico que exige um método rigoroso em que, epistemologicamente, a teologia tem de partir de uma leitura analítica da realidade, com esse instrumental ideológico, incompatível com a fé cristã por incitar a violência entre as classes sociais, e ainda afirma o materialismo de modo a levar a cabo um ateísmo prático.

No segundo elemento, a Instrução afirma que, ao priorizar o evento do êxodo no Antigo Testamento, a hermenêutica libertadora se desenvolve no âmbito da imanência, pouco afirmando a transcendência, que é tão relevante em teologia. Dessa forma, prioriza-se a libertação social da escravidão e da opressão aos pobres, coloca os oprimidos em oposição aos poderosos e, ainda, incide essa interpretação na própria cristologia bíblica, realçando o Jesus histórico em relação ao Cristo da fé. Trata-se de uma leitura essencialmente política da Escritura, que salienta o “messianismo temporal, que é uma das

³² CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Libertatis Nuntius*, p. 876-909; CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Libertatis Conscientia*, p. 554-599.

expressões mais radicais da secularização do reino de Deus e de sua absorção na imanência da história humana”.³³ Essa perspectiva hermenêutica afirma exclusivamente o caráter político da morte de Cristo e o caráter político do cristianismo na história, isentando a ambos do motivo soteriológico transcendental.³⁴

No terceiro elemento, tem-se um caráter predominantemente imanente do cristianismo, em função de que alguns teólogos da libertação realçam a perspectiva política na própria missão da Igreja. Essa perspectiva política está exaltada na expressão “Igreja dos pobres”³⁵ ou “Igreja do povo”,³⁶ trazendo à tona “uma Igreja de classe, que tomou consciência da necessidade da luta revolucionária como etapa rumo à libertação que celebra essa libertação na sua liturgia”.³⁷ Por isso, propicia-se uma forte crítica à estrutura da Igreja e diminui-se o caráter escatológico dessa mesma Igreja, para levar a cabo uma Igreja da imanência.

A segunda Instrução tem origem no contexto de debate entre teólogos, magistério eclesiástico vaticano e magistério eclesiástico latino-americano, em que muitas correspondências aconteceram entre essas instâncias,³⁸ além de na produção de reações sistemáticas³⁹ que suscitaram o debate. Nessa Instrução, preocupou-se com o desenvolvimento não apenas do conceito de libertação, mas também do conceito de liberdade, apontando a sua situação no mundo contemporâneo, as urgências libertadoras e, principalmente, a Doutrina Social da Igreja como elemento fundamental para ser utilizado na produção do complexo teológico libertador. À vista disso, conceituou-se libertação em consonância com a liberdade em sua fundamentação doutrinária e apontaram-se a missão libertadora da Igreja no mundo contemporâneo, a opção que faz pelos pobres à luz do evangelho e seu empenho pela fraternidade, justiça e paz.

Ao colocar a condição da liberdade no mundo contemporâneo, a referida Instrução resgata o desejo de libertação presente na modernidade, que circundou a era moderna, em que tanto o individualismo quanto

³³ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Libertatis Nuntius*, X, 7.

³⁴ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Libertatis Nuntius*, X, 11-13.

³⁵ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Libertatis Nuntius*, IX, 9.

³⁶ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Libertatis Nuntius*, IX, 11.

³⁷ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Libertatis Nuntius*, IX, 10.

³⁸ GONÇALVES, P. S. L., *Liberationis Mysterium*, p. 15-17.

³⁹ SEGUNDO, J. L., Teologia da libertação.

o coletivismo tiveram a sua emergência, exprimindo, assim, o antropocentrismo como novo eixo integrador da sociedade. Por isso, a liberdade e a libertação tornaram-se desafios, tanto no âmbito da singularidade da pessoa humana quanto nas estruturas sociais dos povos. A liberdade cristã é aquela liberdade que pertence à própria essência do homem, como “imagem e semelhança de Deus” e, por conseguinte, é “liberdade para o bem”⁴⁰ de todos os seres humanos, requerendo que o homem conheça a verdade revelada por Deus. Por isso, a vivência da liberdade não se desvincula da busca da verdade e de todo empenho para que essa prevaleça no interior de cada homem e em cada sociedade estruturada pela humanidade. Disso resulta que o homem não pode ser livre sem um processo de libertação integral, cuja marca é tanto a libertação do pecado quanto a libertação das estruturas sociais injustas e da violência que se apresentam no meio dos povos.⁴¹ Disso resulta a missão libertadora da Igreja, presente em sua ação evangelizadora acerca do anúncio do evangelho, em conformidade com a revelação cristã, e do testemunho efetivado no empenho pela justiça, fraternidade e paz.⁴² Dessa forma, a opção pelos pobres, que clamam por justiça, e o espírito de pobreza, que serve como *modus vivendi* para os seres humanos, têm presença na própria missão da Igreja. O amor aos pobres, por parte da Igreja, imita Jesus no exercício de seu ministério itinerante e realça a dignidade do homem.⁴³

Nessa Instrução, a Doutrina Social da Igreja, cuja riqueza de patrimônio doutrinário é imensa, torna-se o instrumento fundamental para levar a cabo a superação das estruturas de opressão e de injustiça, a libertação dos pobres e a edificação de uma humanidade que experimenta a comunhão entre os povos e o estabelecimento da paz mundial. Essa Doutrina explicita o caráter social do evangelho, suscita a práxis cristã que efetiva o amor nas relações sociais e na economia dos povos, e propicia uma política que preze o bem comum e promova a vida humana e planetária. Por isso, os seus princípios fundamentais são a concepção de criação divina e a pessoa como “imagem e semelhança de Deus”. Isso significa que nesses princípios se situam a dignidade do ser humano, a solidariedade, a subsidiariedade e o cuidado pela vida do universo. São realçados o direito ao trabalho, a primazia do trabalho sobre o capital, uma

⁴⁰ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Libertatis Conscientia*, 26.

⁴¹ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Libertatis Conscientia*, 43-60.

⁴² CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Libertatis Conscientia*, 61-65.

⁴³ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Libertatis Conscientia*, 68.

economia de inclusão e uma política de bem comum nos âmbitos nacional e internacional⁴⁴ que construa a “civilização do amor”.⁴⁵

3.2. Pontos fundamentais do debate

Dentre os pontos que se destacam no debate ou nas tensões com o magistério eclesiástico estão a mediação da filosofia e das ciências para fazer teologia, a opção pelos pobres e o princípio do sobrenatural no natural.

Desde a sua origem, a teologia da libertação foi elaborada em uma perspectiva de uso de mediações filosófica e científica a partir da fundamentação da relação entre teoria e práxis – estabelecida desde Aristóteles. Esse complexo teológico não poderia, então, deixar de ser uma teoria que reflete criticamente a práxis histórica e incide no *corpus theologicus* como prática teórica. Para isso, utilizou-se analogamente o conceito oriundo de Melchior De Cano, intitulado *loci theologici*, que, sendo a história um dos lugares para fazer teologia, assumiu a tradição em ter a filosofia como *partner* para a sua própria constituição teórica e em conceber o conflito social, político, econômico e cultural na história tomada a partir dos pobres. Nesse sentido, a apropriação da filosofia se efetivou por sua vertente social, especificamente pelo marxismo, utilizado como instrumento de análise da realidade latino-americano, vista a partir do mundo dos pobres. Aproveitando a esteira epistemológica do Concílio Vaticano II, a teologia da libertação teve nas ciências humanas o companheirismo para a realização da supracitada mediação socioanalítica. Por essa mediação, é possível constatar o conflito social em que os ricos ficam cada vez mais ricos às custas dos pobres cada vez mais pobres, além da “violência institucionalizada”⁴⁶ e da “injustiça estrutural”,⁴⁷ não havendo paz no continente nem respeito à dignidade. Não obstante que essas expressões tenham sido apropriadas do magistério eclesiástico, por parte de teólogos da libertação, a Congregação para a Doutrina da Fé criticou o uso do marxismo por ser uma filosofia que instiga a violência ao afirmar ser a luta de classes o motor da história. Entende ainda a referida Congregação que o marxismo é materialista em sua doutrina e, por conseguinte, nega a existência de Deus, desenvolvendo um ateísmo prático.

⁴⁴ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Libertatis Conscientia*, 81-97.

⁴⁵ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Libertatis Conscientia*, 81.

⁴⁶ DM, Paz, 16.

⁴⁷ DP 1117.

Apesar de que a teologia da libertação tenha na filosofia e nas ciências humanas elementos de mediação analítica da realidade histórica e antropológica, para então emitir o passo hermenêutico, a própria Congregação encontrou na mediação hermenêutica fundamentada pela Doutrina Social da Igreja um elemento crucial para analisar a realidade histórica latino-americana. Nesse sentido, a Doutrina Social da Igreja que possui como fundamento a revelação escriturística, a tradição patrística, teológica e magisterial é o amparo para uma teologia que se preocupa com a libertação integral do homem, em fomentar a justiça, a fraternidade e a paz, suscitando o *homem novo* para a *nova criação*, em que Deus habita a criação para estar em comunhão com todas as suas criaturas.⁴⁸ Desse modo, a teologia da libertação se firma nas suas mediações, já consolidadas ao longo de sua história, tendo a filosofia e as ciências como instrumentos para analisar a realidade humana, marcada por tantos conflitos políticos, sociais, econômicos e culturais, e a realidade planetária, cuja configuração recente realizada pelo Papa Francisco com sua categoria “ecologia integral”,⁴⁹ e a mediação hermenêutica como espaço para compreender e interpretar como há de ser avaliada tal realidade à luz da revelação divina. Essa segunda mediação tem a filosofia como instrumento que subjaz na hermenêutica teológica, pois propicia um processo de compreensão da Bíblia e da Tradição, que considera o mundo do texto em diálogo com o mundo do leitor, marcado pela fé eclesial, que possibilita a abertura à revelação contida no texto. Disso resulta um círculo hermenêutico, em que emerge o espírito como resposta ao contexto do texto e ao contexto da contemporaneidade histórica em que está inserido o teólogo que aplica a hermenêutica no referido texto. A terceira mediação é a teórico-prática, em que a teologia da libertação é apresentada como uma prática teórica libertadora que traz à tona a práxis histórica libertadora dos pobres. Não é a doutrina do instrumento analítico que prevalece, mas o conteúdo emergente do movimento das próprias mediações analítica e hermenêutica, de modo a articular e explicitar na práxis histórica a libertação integral, denotativa da elevação da dignidade humana, da pobreza como estado de espírito no *modus vivendi* e na compaixão e solidariedade com os pobres desta terra.⁵⁰

⁴⁸ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Libertatis Conscientia*, 72-74.

⁴⁹ LS 137.

⁵⁰ GONÇALVES, P. S. L., *Liberationis Mysterium*, p. 50-71; MESTERS, C., Flor sem defesa; ANTONCICH, R., Teología de la liberación y doctrina social de la Iglesia, p. 145-1268.

A opção pelos pobres é outro ponto importante no debate de teólogos da libertação com o magistério eclesiástico, temente a que essa opção fosse classista, violenta, materialista, ateuista e isenta de escatologia, por pressupor que seja suficiente construir uma história de justiça, de fraternidade e de paz. No entanto, a teologia da libertação não tem a opção pelos pobres como opção classista e historicamente circunstancial, mas oriunda da própria compreensão que se faz da fé cristã em sua articulação com o *locus dos pobres*, lugar histórico-social para fazer teologia. O conceito de tripartido de pobres mostra que a pobreza não há de ser compreendida tão somente como carência de meios de sobrevivência, vitimação das injustiças sociais, da violência e de diversos modos de trazer aos pobres a “morte antes do tempo”, mas também como estado de espírito marcado pelo despojamento, pelo desprendimento, pela humildade e pela disposição em compadecer-se e solidarizar-se com os sofredores, e de servir denunciando as marcas do pecado que deteriora a vida na história e anunciando horizontes de justiça e de vida em abundância.

A pobreza como estado de espírito não é apenas um esforço humano, mas é também esforço do próprio Deus, que, em seu Filho Jesus Cristo, assumiu a condição humana em tudo, exceto no pecado, tornando-se historicamente pobre, estando com os pobres, compadecendo-se e solidarizando-se com eles, de modo a restituir-lhes a vida em sua efetiva dignidade humana. Nesse sentido, no âmbito da fé eclesial, o próprio magistério eclesiástico admite que a opção pelos pobres não é uma opção parcial que exclui os ricos da salvação divina, mas é uma opção universal em termos soteriológicos, porque o próprio Deus, em seu Filho, desejou trazer a salvação aos seres humanos, assumindo a pobreza econômica, social e cultural e a pobreza *kenótica* ao reconhecer a carne humana em sua integralidade.⁵¹ Por isso, a opção pelos pobres não é um acontecimento circunstancial, mas parte essencial da missão da Igreja de Cristo para afirmar a dignidade de todo o gênero humano.⁵² Ademais, os pobres são as pessoas que mais necessitam da justiça do evangelho, da mansidão que supre a violência, da paz que supera a guerra e a destruição da vida. Por isso, a questão dos pobres ultrapassa o contexto de um ou alguns continentes, mas se estende para todo o mundo, atingindo a todos os povos. Então, urge a construção de um “humanismo plenário”,⁵³ de uma “fraternidade

⁵¹ BENTO XVI, PP., Discurso da Sessão inaugural dos trabalhos da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe, p. 268-284.

⁵² CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Libertatis Conscientia*, 68.

⁵³ PP 42.

dos povos”,⁵⁴ de uma “ecologia integral” que eleve a vida em todas as suas dimensões, propiciando que haja compaixão e solidariedade para com quem sofre e é oprimido neste mundo.

Com a vertente soteriológica e a ético-social da teologia, os pobres constituem o critério que propicia corpo histórico à própria fé e dá historicidade à salvação cristã, a ponto de poderem ser também chamados de “povo crucificado”,⁵⁵ que, na esteira da crucificação simultaneamente vitimária e redentora de Jesus, levam a cabo a própria redenção na história, à medida que sua morte denuncia o pecado do mundo e realça a esperança de que a força de Deus foi revelada mediante a fraqueza de seu Filho na cruz, que, por meio dela, venceu a morte e tornou real a escatologia da vida que vem do próprio Deus.

O terceiro e último ponto a ser trazido para o debate é a saliência do sobrenatural na teologia da libertação. O magistério eclesiástico considerou ser essa teologia uma das “teologias da imanência” que realça o mundo do “natural” e pode sacrificar o “sobrenatural”, não havendo espaço para afirmar a transcendência divina. Por isso, chama atenção esse mesmo magistério para a necessidade de cuidar para que não seja suprimida a transcendência de Deus na reflexão teológica. Uma forma de responder a essa questão, que é crucial na fé cristã à medida que o natural tem como princípio o sobrenatural e esse tem naquela a sua esteira histórica, foi a encontrada por Ignacio Ellacuría e Jon Sobrino, em que o esquema do dualismo entre transcendência e imanência dá lugar ao esquema da transcendência na história. Ao considerar que a história possui transcendência, os autores propiciaram a fórmula de que há “transcendência” à proporção que os pobres são livres da opressão, que a justiça é realizada, que a paz é instaurada e que o ser humano, concebido a partir da “pobreza espiritual”, é *novo homem*, nova criatura e com uma “espiritualidade do seguimento de Jesus” que produz uma “vida segundo o Espírito” para suscitar vida para todos os povos a partir do mundo dos pobres.⁵⁶

A espiritualidade libertadora⁵⁷ não abdica dos elementos que pertencem à tradição espiritual cristã, tais como a celebração dos sacramentos, a oração,

⁵⁴ PP 44.

⁵⁵ ELLACURÍA, I., *El pueblo crucificado*, p. 189.

⁵⁶ ELLACURÍA, I., *Historicidad de la salvación Cristiana*, p. 366-372; SOBRINO, J., *Fora dos Pobres não há Salvação*, p. 85-120.

⁵⁷ SOBRINO, J., *Espiritualidad y seguimento de Jesús*, p. 449-476; CASALDÁLIGA, P.; VIGIL, J. M., *Espiritualidade da libertação*.

a direção espiritual e o retiro espiritual, mas acentua a sua utilização para fomentar um *modus vivendi* segundo espírito de Jesus Cristo libertador. Nessa espiritualidade, o seguimento de Jesus implica promover constantemente o movimento da libertação, mediante a compaixão, a solidariedade, a promoção da justiça, a inculturação do evangelho, a defesa dos direitos humanos desde os pobres, a promoção do ecumenismo e do diálogo inter-religioso. Nesse movimento espiritual libertador, o seguidor de Jesus sente o Espírito lhe pulsar a alma e o coração, e impulsionar-lhe à práxis histórica libertadora, de modo que se conceba que essa práxis seja movida pelo próprio Deus, seja ação de Deus no ser humano, que, acolhendo a revelação divina em Jesus Cristo, move-se ao seguimento através da práxis histórica libertadora em todas as suas dimensões e, desse modo, honrando a realidade da fé cristã e do reino de Deus.

Conclusão

A teologia da libertação originou-se no contexto latino-americano, priorizando questões sociais da evangelização, mas sempre buscando a integralidade do conceito de libertação. Para isso, reconfigurou-se epistemologicamente, continuando a ter a filosofia como *partner* da teologia e, também, ampliando o conjunto de *partners* para as ciências humanas e, mais recentemente, para outras ciências. Nessa teologia, houve a articulação da fé com os pobres, compreendidos tanto pela visão social quanto pela soteriologia, propiciando que assumissem uma dimensão social mundial e salvífico-universal, de modo a poder afirmar que “fora dos pobres não há salvação”.

Não obstante as tensões ocorridas epistemológica e eclesialmente, a teologia da libertação se expandiu territorialmente, obteve fundamentação do próprio magistério eclesiástico, propiciou que a categoria “pobres” não se restringisse à esfera econômico-social, mas também se estendesse para as esferas da cultura, do gênero, da religião e da ecologia ambiental e integral e, principalmente, para a esfera da espiritualidade, que propicia que ser pobre é um modo de viver, de rezar, de ser no mundo e com as outras pessoas.

Ao se constituir como ato segundo, proveniente da práxis histórica libertadora, e imbuído de uma espiritualidade libertadora, o complexo teológico libertador é uma prática teórica, inserida no *corpus theologicus universalis*, de caráter reinocêntrico e capaz de suscitar a esperança de que

é possível um mundo justo, fraterno, de comunhão dos povos, de respeito à diversidade cultural, ao pluralismo religioso e à “casa comum” de um ser humano compassivo e solidário, capaz de mergulhar no mistério de um Deus que habita a criação e nela suscita a vida em abundância.

Referências bibliográficas

ANTONCICH, R. Teología de la liberación y doctrina social de la Iglesia. In: ELLACURÍA, I.; SOBRINO, J. (Orgs.). *Mysterium Liberationis*. Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación. Madrid: Trotta, 1990. p. 145-1268.

ASSMANN, H. **Teología desde la praxis de la liberación**. Salamanca: Sígueme, 1972.

BENTO XVI, PP. Discurso da Sessão inaugural dos trabalhos da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe. In: CELAM. **Documento de Aparecida**. Texto conclusivo das V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília: CNBB; São Paulo: Paulus / Paulinas, 2007. p. 268-284.

BOFF, C. Epistemología y método en la Teología de la Liberación. In: ELLACURÍA, I.; SOBRINO, J. (Orgs.). *Mysterium Liberationis*. Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación. Madrid: Trotta, 1990. p. 79-114. v.1.

BOFF, C. **Teologia e Prática**. Teologia do Político e suas mediações. Petrópolis: Vozes, 1978.

BOFF, C. **Teoria do método teológico**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOFF, C. Teologia da Libertação e volta ao fundamento. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 67, n. 268, p. 1001-1022, out./dez. 2007.

CASALDÁLIGA, P.; VIGIL, J. M. **Espiritualidade da libertação**. São Paulo: Vozes, 1993.

CATÃO, F. A. C. O perfil distintivo do Vaticano II: recepção e interpretação. In: GONÇALVES, P. S. L.; BOMBONATTO, V. I. **Concílio Vaticano II**. Análise e prospectivas. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 95-115.

CELAM. **Conclusões da Conferência de Medellín – 1968**. A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio. São Paulo: Paulinas, 1998.

CELAM. **Conclusões da Conferência de Puebla (1979)**. Evangelização no presente e no futuro da América Latina. São Paulo: Paulinas, 1979.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. *Actas Apostolicae*, v. 57, p. 5-67, 1965.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. Instrução *Libertatis Conscientia*. *Actas Apostolicae Sedis*, v. 79, p. 554-599, 1987.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. Instrução *Libertatis Nuntius*. *Actas Apostolicae Sedis*, v. 76, p. 876-909, 1984.

ELLACURÍA, I. El pueblo crucificado. In: ELLACURÍA, I.; SOBRINO, J. (Orgs.). *Mysterium Liberationis*. Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación. Madrid: Trotta, 1990. p. 189-216. v.2.

ELLACURÍA, I. Historicidad de la salvación cristiana. In: ELLACURÍA, I.; SOBRINO, J. (Orgs.). *Mysterium Liberationis*. Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación. Madrid: Trotta, 1990. p. 323-372. v.1.

ELLACURÍA, I.; SOBRINO, J. (Orgs.). *Mysterium Liberationis*. Conceptos fundamentales de la teología de liberación. Madrid: Trotta, 1990. v.1.

ELLACURÍA, I.; SOBRINO, J. (Orgs.). *Mysterium Liberationis*. Conceptos fundamentales de la teología de liberación. Madrid: Trotta, 1990. v.2.

FRANCISCO, PP. **Carta encíclica *Laudato Si***. Sulla cura dela casa comune. Città Vaticano: Editrice Vaticana, 2015.

GONÇALVES, P. S. L. A evocação do Pensiero Debole na Teologia da Libertação. **Interações - Cultura e Comunidade**, v. 13, n. 24, p. 391-413, ago./dez. 2018.

GONÇALVES, P. S. L. A relação entre fé cristã e os pobres na teologia da libertação. **Perspectiva Teológica**, v. 43, n. 121, p. 315-332, set./dez. 2011.

GONÇALVES, P. S. L. ***Liberationis Mysterium***. O projeto sistemático da Teologia da Libertação. Um estudo teológico na perspectiva da *regula fidei*. Roma: PUG, 1997.

GONÇALVES, P. S. L. **Questões contemporâneas de Teologia**. São Paulo: Paulus, 2010.

GONÇALVES, P. S. L. Teologia da libertação: um estudo histórico-teológico. In: SOUZA, N. (Org.). **Temas de Teologia Latino-americana**. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 167-209.

GONZÁLEZ, A. El significado filosófico de la Teología de la Liberación. In: COMBLIN, J.; GONZÁLEZ FAUS, J.; SOBRINO, J. (Orgs.). **Cambio social y pensamiento Cristiano en América Latina**. Madrid: Trotta, 1993. p. 145-160.

GUTIÉRREZ, G. **Beber do próprio poço**. O itinerário espiritual de um povo. Petrópolis: Vozes, 1984.

GUTIÉRREZ, G. **La verdade os hará libres**. Salamanca: Sígueme, 1990.

GUTIÉRREZ, G. **Onde dormirão os pobres?** São Paulo: Paulus, 1998.

GUTIÉRREZ, G. **Teología de la Liberación**. Lima: CEP, 1971.

JIMÉNEZ LIMÓN, J. Sufrimiento, muerte, cruz y martirio. In: ELLACURÍA, I.; SOBRINO, J. (Orgs.). **Mysterium Liberationis**. Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación. Madrid: Trotta, 1990. p. 477-494. v.2.

MANZATTO, A. Pobreza da Igreja. In: SOUZA, N.; SBARDELOTTI, E. (Orgs.). **Medellín**. Memória, profetismo e esperança na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 329-343.

MESTERS, C. **Flor sem defesa**. Petrópolis: Loyola, 1983.

PAULO VI, PP. Carta encíclica *Populorum Progressio*. **Actas Acpostolicae Sedis**, v. 59, p. 257-299, 1967.

SEGUNDO, J. L. **Liberación de la Teología**. Buenos Aires / México: Ediciones Carlos Lohlé, 1975.

SEGUNDO, J. L. **Teologia da libertação**. Uma advertência à Igreja. São Paulo: Paulinas, 1985.

SEGUNDO, J. L. **O dogma que liberta**. Fé, revelação e magistério dogmático. São Paulo: Paulinas, 1992.

SOBRINO, J. Centralidad del reino de Dios en la Teología de la Liberación. In: ELLACURÍA, I.; SOBRINO, J. (Orgs.). **Mysterium Liberationis**. Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación. Madrid: Trotta, 1990. p. 467-510. v.1.

SOBRINO, J. Espiritualidad y seguimiento de Jesús. In: ELLACURÍA, I.; SOBRINO, J. (Orgs.). **Mysterium Liberationis**. Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación. Madrid: Trotta, 1990. p. 449-476. v.2.

SOBRINO, J. **Fora dos pobres não há salvação**. Pequenos ensaios utópico-proféticos. São Paulo: Paulinas, 2007.

TAMAYO, J. J. Recepción em Europa de la Teología de la Liberación. In: ELLACURÍA, I.; SOBRINO, J. (Orgs.). *Mysterium Liberationis*. Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación. Madrid: Trotta, 1990. p. 51-78. v.1.

TAMAYO, J. J. **Teologías del Sur**. El giro descolonizador. Madrid: Trotta: 2017.

TEIXEIRA, F. L. C. A teologia do pluralismo religioso na América Latina. In: VIGIL, J. M.; TOMITA, L. E.; BARROS, M. (Orgs.). **Teologia Pluralista Libertadora Intercontinental**. São Paulo: Paulinas / ASETT / EATWOT, 2007. p. 21-40.

TOMITA, L. E.; VIGIL, J. M.; BARROS, M. (Orgs.). **Teologia Latino-americana Pluralista da Libertação**. São Paulo: Paulinas / ASETT / EAWOT, 2006.

Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

Doutor em Teologia pela Pontificia Università Gregoriana
Docente-pesquisador da Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Campinas / SP – Brasil
E-mail: paselogo@puc-campinas.edu.br

Recebido em: 16/07/2020

Aprovado em: 20/08/2020

